

LUIZ V. CICHOSKI



LANDMARKS:

DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E CONTROVÉRSIAS

CONHEÇA OS LIVROS DO ESCRITOR
LUIZ V. CICHOSKI



www.maconariacomexcelencia.com/luiz-cichoski



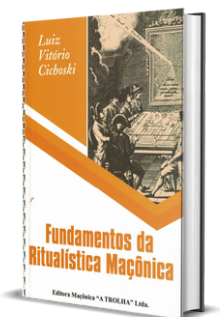
**FUNDAMENTOS DA
FILOSOFIA MAÇÔNICA
VOL. 1 E 2**

SAIBA MAIS



**SÍNTESE HISTÓRICA DA
RITUALÍSTICA DO RITO
ESCOCÊS ANTIGO E
ACEITO**

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DA RITUALÍSTICA MAÇÔNICA

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DO SIMBOLISMO VOL. 1

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DO SIMBOLISMO VOL. 2

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS – PADROADO

SAIBA MAIS



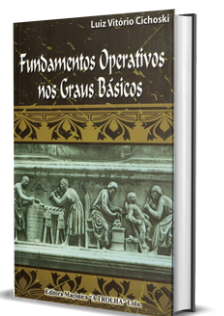
FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS OLD CHARGES

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS OS TEMPLÁRIOS

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS OPERATIVOS NOS GRAUS BÁSICOS

SAIBA MAIS



SÍNTESE HISTÓRICA DA RITUALÍSTICA DO RITO ESCOÇÊS ANTIGO E ACEITO

SAIBA MAIS

LANDMARKS:

**DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E
CONTROVÉRSIAS**

LUIZ V. CICHOSKI

LANDMARKS:

**DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E
CONTROVÉRSIAS**

*LANDMARKS: DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E
CONTROVÉRSIAS*

© 2025 by Luiz V. Cichoski

Todos os direitos reservados.

Diagramação:

Comunicação com Excelência

Ilustrações de capas:

Comunicação com Excelência

Revisão:

Vanderlei Coelho

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte. É permitido baixar e compartilhar. É proibida a comercialização desta obra sem a autorização do detentor dos direitos autorais.

APRESENTAÇÃO

Quando pensamos na legislação maçônica, diferentes conjuntos legais nos vêm à mente. Se tentarmos visualizá-los cronologicamente, teríamos:

a) os *Landmarks*;

b) as *Old Charges*;

c) as Constituições de Anderson;

d) as Constituições da Potência (Grande Loja ou Grande Oriente);

e) o Regimento Interno das Lojas.

Essa breve apresentação permite aquilatar a importância desse tema no estudo maçônico — sem deixar de considerar o grau de complexidade, sobreposição e confusão que tal análise costuma envolver.

Ao longo da história, o termo *landmark* foi desenvolvido pela Maçonaria escocesa americana no século XIX, especialmente por autores como Albert Mackey e Albert Pike, mas foi criticado pela maioria dos autores franceses no

século XX. Mackey, em sua obra *Jurisprudence of Freemasonry* (1858), descreve os *landmarks* como “usos e costumes, leis e regulamentos, universalmente reconhecidos, existentes desde tempos imemoriais, princípios fundamentais da Ordem, inalteráveis e irrevogáveis”.

A característica de “imemorialidade” é um dos pontos mais problemáticos e discutíveis, pois muitos dos itens elencados como *landmarks* por diferentes autores referem-se a características do período especulativo e não aos primórdios da Maçonaria Operativa. Essa falta de unanimidade e convergência é flagrante, com listas de *landmarks* variando de 3 a 54 regras.

Convidamos você a explorar as camadas dessa herança histórica, a desvendar as controvérsias e a compreender por que, apesar de toda a discussão sobre sua antiguidade, inalterabilidade e falta de unicidade, o estudo dos *landmarks* continua a oferecer ensinamentos valiosos para a compreensão da essência da Ordem. Prepare-se para uma jornada que desafiará suas percepções sobre leis e tradições maçônicas.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO	10
CAPÍTULO 2: CLASSIFICAÇÕES	14
CAPÍTULO 3: AS DIFERENTES LISTAS DE LANDMARKS	18
CAPÍTULO 4: LANDMARKS E ANTIGOS DEVERES	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
SOBRE O AUTOR.....	47

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO

A definição do termo “*Landmark*” ou ‘Landmarque’¹ deve ser buscada na língua inglesa. Assim, seguindo N. Aslan², “a palavra inglesa ‘*landmark*’ é composta das palavras: a) ‘*land*’, significando terra, solo, terreno; e b) ‘*mark*’, exprimindo limite, marco.”

Originalmente, o sentido é de um marco referencial que baliza os limites de uma extensão territorial. Reportamo-nos aos tempos históricos nos quais não havia cercas ou estaqueamento, apenas marcas e/ou balizas como indicadores do início ou final de uma propriedade, isto é, a fronteira ou o limite. É neste sentido, de limite ou divisa, que os textos bíblicos se valem do termo (normalmente limite); portanto,

¹ Este neologismo foi utilizado por N. Aslan em uma de suas obras, intitulada ‘*Landmarques e Outros Problemas Maçônicos*’.

² N. Aslan *Landmarque e Outros Problemas Maçônicos*, 2ª. edição, Ed. Aurora, 1973.

pessoalmente vejo uma *diferença* para com a utilização maçônica que expressa REGRA, NORMA ou PRECEITO.

Historicamente, a primeira menção grafada deste vocábulo ou termo técnico maçônico, teria sido na primeira edição das Constituições de Anderson, pois no último artigo dos Regulamentos Gerais (de Payne), lê-se: “Toda Grande Loja anual tem o Poder e Autoridade inerentes para fazer novos regulamentos, ou para alterar estes, para real Benefício desta antiga Fraternidade: Contanto que os antigos LANDMARKS sejam cuidadosamente preservados e que tais Alterações e novos Regulamentos sejam propostos e acordados na terceira Reunião Trimestral que antecede a Grande Festa Anual, e que eles sejam também oferecidos ao Exame Cuidadoso de todos os Irmãos antes do Jantar, por escrito, mesmo ao mais novel Aprendiz; a Aprovação e Consentimento da Maioria de todos os Irmãos presentes são absolutamente necessários para fazer os mesmos compulsórios e obrigatórios.”³ (mantida grafia do original).

Completando a conceituação e apresentação do termo,

³ J. Anderson, *As Constituições de Anderson*, Trad. Valton Tempski-Silka, Juruá Ed, 2001.

é importante observar que, já na 2ª. edição das Constituição de Anderson, de 1738, o termo ‘*landmark*’ foi substituído pelo termo “*RULE*”^{4,5}, também com o sentido de regra, norma.

Portanto, seja como ‘*Landmarks*’ ou ‘*Rules*’, esta nomenclatura nasce sob a luz da Primeira Grande Loja de Londres e Westminster, portanto, no ambiente de uma Maçonaria Especulativa.

Portanto, o significado do termo no ambiente maçônico seria o de indicar elementos – regras, tradições, heranças – essenciais e caracterizadoras da Maçonaria, sem as quais nossa sociedade deixaria de existir. A. Mellor⁶ lembra que leis não escritas guardam mais força que toca e sensibiliza a consciência humana, pois “exige e postula acima das leis ordinárias a existência de uma categoria de superleis, que nenhum legislador poderia mudar, e que estão fora do alcance

⁴ R. Richard, *Dictionnaire Maçonnique*, Dervy, 2002 – “Il est remplacé dès 1738 par les mots ‘Règles’ ou ‘Statuts’.”

⁵ N. Aslan, na obra citada, comenta, a partir de Virgilio Lasca, que esta substituição aconteceu em 25/11/1723, lembrando que a primeira edição da obra de Anderson tem por data 27/01/1717, isto é, havendo 10 meses de oficialidade do termo ‘landmark’ até a comentada substituição.

⁶ A. Mellor, *Dicionário da Franco-Maçonaria e dos Franco-Maçons*, M. Fontes, 1989.

pela grande e constrangedora razão de que não são(foram) escritas”.

Em síntese, ‘*landmark*’, é um termo inglês (Payne/Anderson) do século XVIII⁷, desenvolvido pela maçonaria escocesa americana^{8,9} do século XIX, criticado pela maioria dos autores franceses^{10,11,12} do século XX. *Landmark*, termo de significância ‘nebulosa e imemorial’, empregado por Anderson para reforçar a importância da tradição e da história na regulamentação da Sociedade iniciante, acabou se transformando em temática ‘lendária’.

⁷ J. Anderson, *As Constituições de Anderson*, Trad. Valton Tempski-Silka, Juruá Ed, 2001.

⁸ A. G. Mackey, *Jurisprudence of Freemasonry, Masonic History Co.* 1858.

⁹ A. Pike, *Morals and Dogma, of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*, 1969.

¹⁰ J. Boucher, *A Simbólica Maçônica*, 16ª. edição, Ed. Pensamento, 2002.

¹¹ M. Lapage, *História e Doutrina da Franco-Maçonaria*, 9ª. Edição, Ed. Pensamento, 1985.

¹² A. Mellor, *Dicionário da Franco-Maçonaria e dos Franco-Maçons*, M. Fontes, 1989.

CAPÍTULO 2: CLASSIFICAÇÕES

Ao longo da pesquisa, ao lado de uma significativa plêiade de abordagens, também se pode constatar uma diversidade de composições. Uma primeira constatação deste desemparelhamento e seleção foi apresentado por Virgílio Lasca, em obra citada por N. Aslan¹³.

Historicamente é interessante considerar:

A primeira vez em que se fez menção à palavra *Landmark* em Maçonaria foi nos Regulamentos Gerais de George Payne, em 1720, durante o seu segundo mandato como Grão-Mestre da Grande Loja de Londres e Westminster¹⁴, e adotados em 1721, como lei orgânica e terceira parte

¹³ N. Aslan, *Landmarque e outros Problemas Maçônicos*, 2ª. edição, Ed. Aurora, 1973.

¹⁴ Os primeiros Grão-Mestres da Grande Loja de Londres e Westminster foram: Anthony Sayer, 1717; George Payne, 1718; Josephe Desaguliers, 1719; George Payne, 1720 e John Montagu, 1721, marca o início da presença da nobreza na Maçonaria londrina.

integrante das Constituições dos Maçons Livres, a conhecida Constituição de Anderson, publicada em 1723, conforme citação no artigo 39, como visto acima.

Na Inglaterra trabalhou na divulgação da Maçonaria — com maior ou menor criatividade —, o reverendo, também denominado Dr. George Oliver (1782/1867), que publicou a obra *Historical Landmarks of Freemasonry* em 1846, onde descreveu 31 diferentes *landmarks*.

Aparentemente o termo não manteve presença marcante por mais de 100 anos, ao longo do século XVIII e início do século XIX, quando vai aparecer nas obras de Albert Mackey¹⁵, “*Jurisprudence of Freemasonry*”, 1858 — que indicou Albert Pike para a Maçonaria em 1850 — outro irmão que fez considerações sobre os *Landmarks*.

Albert Pike, publicou o *Moral e Dogma* em 1871, onde faz considerações sobre os *Landmarks*, portanto, pelo menos 20 anos após a reapresentação de A. Mackey.

¹⁵ A data de iniciação de Albert Mackey não foi encontrada, contudo seu primeiro trabalho publicado deu-se em 1851; portanto, A. Mackey deve ter trabalhado o tema ao longo da segunda metade do século XIX.

Na referida exposição encontramos classificações que reconhecem um mínimo de 3 a um máximo de 54 regras entendidas como *Landmarks*!

a) 2 autores selecionaram 3 regras;

b) 1 autor – a Grande Loja de N. York – elencou 6 regras;

c) 3 autores reconheceram 7 landmarks;

d) Joseph Findel (1828/1905) apresentou 9 exemplos de lindeiros; lembrando que Findel foi iniciado em 19/10/1856, aos 28 anos e, publicou a obra *Histoire de la Franc-Maçonnerie*,¹⁶ em 1866, isto é, aos 38 anos ou 10 anos após sua iniciação.

e) apenas 1 autor – a Grande Loja de N. Jersey – classificou 10 itens;

f) também foi um autor apenas a indicar uma relação de 12 *landmarks*;

¹⁶ Esta obra foi traduzida para o espanhol e constitui o volume inicial da trilogia de Frau Abrines&Don Lorenzo, em 1962; e para o francês em 2002.

- g) 2 autores reconheceram 15 regras;
- h) 1 autor apontou 17 delas;
- i) 2 outros autores selecionaram 19 representantes dos *landmarks*;
- j) 1 autor indicou 20 rules;
- k) 3 autores compartilharam os 25 *landmarks* de Mackey;
- l) 1 autor selecionou 26;
- m) E. Lecerff elencou 29 itens;
- n) 1 autor apontou 31 lindeiros, e
- o) 2 autores relacionaram 54 *landmarks*.

A ausência de uma unanimidade é flagrante; apenas uma citação apresenta 3 autores dividindo o mesmo conjunto, no caso, A. Mackey, Chalmers Paton e a Grande Loja de Massachusetts valendo-se da proposição dos 25 lindeiros do próprio Mackey!

CAPÍTULO 3: AS DIFERENTES LISTAS DE LANDMARKS

Dentro desta falta de unanimidade, até mesmo, de convergência, ao abordarmos o tema dos *landmarks*, precisamos partir de alguns pontos de referência, de alguns conceitos básicos, isto é, de lindeiros.

Entre as características reconhecidas na composição de um *landmark*, ao lado da ‘função de estruturante’ da Instituição, a maioria dos autores e estudiosos do assunto, utiliza o termo ‘imemorial’.

É o próprio Mackey, na apresentação de sua relação de *landmarks* quem se vale desta dupla função ao dizer que os lindeiros:

“são usos e costumes, leis e regulamentos, universalmente reconhecidos, existentes desde tempos imemoriais, fundamentais princípios da Ordem inalteráveis e irrevogáveis, (...) tão

remotos seriam eles de não ser possível determinar-lhes a origem, e tão essenciais que, se fossem alterados, modificados ou emendados, seria também mudado o próprio caráter da Maçonaria”.

Considerando a característica da ‘imemorialidade’ somos levados a um passado remoto que, no caso da Maçonaria, chegaria aos primórdios de nossa Instituição. Ao focalizarmos os ‘primórdios’ de nossa Sociedade podemos nos valer da abordagem ‘lendária’ — que, então, nos leva para os primórdios da caminhada humana —, ou, podemos seguir uma abordagem ‘histórica’ — reconhecida pela vertente dita ‘autêntica’ dos historiadores maçônicos — que nos posiciona no alvorecer da história dos pedreiros medievais; seguiremos por aqui.

A primeira constatação que precisamos considerar ao relacionarmos os itens presentes nas diferentes relações de ‘*landmarks*’ com os conhecimentos históricos da Idade Média, época do aparecimento do estilo gótico de construção e as associações de seus construtores, é a defasagem, o anacronismo entre ambos!

Como corolário do acima exposto podemos dizer que a

maior parte do conteúdo elencado como regras fundamentais para a estruturação e reconhecimento da Maçonaria como sociedade individualizada referem-se ao período especulativo da história da Instituição — séculos XV a XVII (aceitação)¹⁷ e XVIII (primeira Grande Loja de Londres).

Estes dois parágrafos criam um dilema, um paradoxo! Os ‘*landmarks*’ são alimentados e nutridos pela ‘imemorialidade’ enquanto, o conteúdo da maioria dos itens apontados como lindeiros tem temporalidade conhecida: os séculos XV e XVIII!

No pareamento feito com algumas relações de ‘*landmarks*’ nos deparamos com esta difícil situação conceitual.

1) As regras estruturais e administrativas mantêm uma incongruência temporal marcante com o conceito de ‘imemorialidade’, senão vejamos:

a) os graus componentes da estrutura maçônica:

Mackey: 2º. *A divisão da Maçonaria Simbólica em três graus - Aprendiz, Companheiro e Mestre.*

¹⁷ L. V. Cichoski, *Histórias Paralelas*, inédito.

Lecerff: 3°. Reconhece três graus: aprendiz, companheiro e Mestre.

Bastante problemática a apresentação e aceitação de uma maçonaria medieval em três graus! Os estudos mais abalizados são concordes em descrever uma estruturação inicial em apenas um grau — o de Companheiro — no período medieval; o aparecimento de dois graus a partir do século XVII e, como é do conhecimento de todos, o surgimento do grau de Mestre Maçom no século XVIII — por volta de 1725 —, com sua história musical.¹⁸

b) a lenda do terceiro grau:

Mackey:

3°. A lenda do terceiro grau é um Landmark importante.

Lecerff:

4°. Seu espírito, meios de reconhecimento e lenda do terceiro grau são inalteráveis.

Não é diferente da situação anterior, a lenda do terceiro grau é elemento introduzido entre os cânones maçônicos no século XVIII – por volta de 1725 –, como substrato do recém-

¹⁸ L. V. Cichoski, Fundamentos Operativos nos Graus Básicos, A Trolha, 2012.

admitido grau de Mestre Maçon. Carecendo, portanto, da característica da ‘imemorialidade’.

c) a composição administrativa e seu funcionamento
— o Grão-Mestre:

Mackey:

4º. O Governo da Potência por um Grão-Mestre.

5º. A prerrogativa do GM em presidir as assembleias

6º. A prerrogativa do Grão-Mestre de conceder licença para conferir graus em tempos anormais.

7º. A prerrogativa que tem o Grão-Mestre de dar autorização para fundar e manter Lojas.

8º. A prerrogativa do Grão-Mestre de criar Maçons por sua deliberação.

J. Berthelon:

1º. Governo da Potência por um Grão-Mestre eleito.

E. Lecerff:

10º. Chefe supremo é o Grão-Mestre.

19º. A Grande Loja congrega Lojas de sua região, formando uma confederação de Lojas.

20º. O Grão-Mestre é o Presidente nato de uma Grande Loja.

Temos aqui uma incongruência de estruturação e nomenclatura. Em primeiro lugar a nomenclatura: o termo grão-mestre (grande mestre, o mestre de mais de uma Loja) aparece em 1717 com a fundação da Primeira Grande Loja de

Londres, cargo ocupado por Anthony Sayer. Antes desta data e, principalmente, na ‘imemorialidade’ conhecida da Idade Média, os pedreiros construtores das catedrais góticas eram comandados e orientados por um ‘mestre de obras’, visto que naquele momento histórico existia, como dito acima, apenas um grau, o de Companheiro; ainda mais, no período Operativo o ‘mestre de obras’ podia não ser um iniciado, mas um religioso.

Igualmente, neste momento não existiam ‘Potências’ maçônicas como conhecemos hoje; era o momento dos ‘maçons livres em lojas livres’. Ao longo das construções medievais-operativas — igrejas, palácios, quartéis, pontes — o empregador tratava com o mestre de obras e este providenciava os pedreiros profissionais que necessitaria; igualmente aceitava interessados no aprendizado da profissão; sendo obras longas, por vezes seculares, permitia a formação de muitas ‘turmas’ de novos profissionais ‘na mesma e única loja’.

Portanto, a figura de um Grão-Mestre com as prerrogativas acima elencadas é própria de uma estrutura

administrativa recente, após os eventos de 1717¹⁹ até os nossos dias. Novamente uma ‘imemorialidade’ conhecida.

d) a composição administrativa e seu funcionamento
— Venerável Mestre e Vigilantes:

Mackey: 10°. *O Governo da Loja por um VM e dois Vigilantes.*

Pike: 2°. *O governo de cada Loja por um VM e dois Vigilantes.*

Lecerff: 16°. *Governo da Loja por um VM e dois Vigilantes.*

Mais uma vez, a história do trabalho não corrobora o enunciado desses tópicos, seja por terem existido construções conduzidas apenas por um ‘Mestre de Obras’, seja por composições com um ‘Mestre de Obras’ e um Vigilante, até a consolidação dessa estrutura na forma especulativa vigente em nossos dias.

e) os modos de reconhecimento:

Mackey: 1°. *Os processos de reconhecimento são os mais legítimos e inquestionáveis de todos os Landmarks.*

Lecerff: 11°. *Reconhecimento por Sinais,*

¹⁹ H. Carr comenta que ‘o sistema de três graus não surgiu até o período entre 1711 e 1725’; (*The trigridal system did not emerge until some time between 1711 and 1725*).

Toques e Palavras. Prática do Juramento.

Podemos nos valer dos comentários de H. Carr²⁰ e N. Aslan²¹. Para que tais meios representassem fiel e regularmente um ‘*landmark*’ eles teriam que ser os mesmos desde um princípio mítico ou histórico, ou seja, teriam que ser os mesmos ainda hoje! E não o são. Aliás, hoje, os meios de reconhecimento — principalmente no que tange as palavras — não são as mesmas entre as diferentes Potências de um mesmo país! Lembrando ainda, que muitos destes elementos — sinais, toques e palavras —, são oriundos da mudança operativo-especulativo e, portanto, tem origem no século XVIII, partilhando uma origem ‘imemorial’ com outros elementos aqui estudados.

f) sobre o ‘Mestre de obras’ e o ‘Venerável Mestre’:

Lecerff: 24°. *A Loja deve obediência ao seu Mestre.*

²⁰ H. Carr, *The Freemason at Work* (Revised Edition), Lewis Masonic, 1981.

²¹ N. Aslan, *Landmarque e outros Problemas Maçônicos*, 2ª. edição, Ed. Aurora, 1973.

Não aparece ‘*landmark*’ com esta redação nas outras coleções examinadas; é possível considerar não haver qualquer dúvida sobre o comando do ‘Mestre de obras’ nas Lojas operativas; aliás já foi mencionada a enorme responsabilidade destes pedreiros de escol no ensino e direção dos pedreiros e Lojas. Na fase Especulativa também os Veneráveis (então com tal denominação) eram incontestes, até pelo fato de serem nobres, em sua maioria, os Veneráveis das Lojas após 1723.

g) ‘*landmarks*’ que consideram os ‘direitos’ dos obreiros:

Makcey:

12°. *Direito de representação em Loja e de instruir aos demais irmãos.*

13°. *Direito de recorrer a Assembleia Geral sobre decisões em Loja.*

14°. *Direito de visita e lugar em Loja regular.*

Findel:

3°. *Todo iniciado tem o direito de visitar outras Lojas.*

9°. *Direito em colaborar com a legislação maçônica, de voto e de representação nos Altos Corpos.*

Berthelon:

2°. *Direito de voto, de fala e de visita dos membros.*

Lecerff:

9°. *Governo pelo voto.*

14°. *Direitos da Loja, aceitar ou rejeitar candidatos, legislar sobre assuntos da Loja,*

*administrar os fundos e negócios da Loja.
17°. Direito de participar de todas as Lojas;
de ser socorrido, de ser representado.
25°. Eleições anuais.*

Aplicando o critério da ‘imemorialidade’ aos diferentes direitos dos maçons componentes das Lojas Operativas estaremos nos desviando da realidade trabalhista daqueles tempos (Idade Média). Menções a uma ‘Assembleia Geral’, ‘Altos Corpos’ são estranhas a rotina dos ‘maçons livres em lojas livres’, isto é, não havia neste tempo menção a Assembleia Geral fora de uma visão lendária; menos ainda se falava em Altos Corpos, estruturas estas representativas da participação francesa na construção da pirâmide de graus em tempo e lugar conhecidos.

A menção ao voto/eleições também ecoa muito estranhamento no interior das Lojas (pátios ou adros) onde o ‘Mestre de obras’ era o responsável tanto pela edificação da obra, quanto da educação profissional dos aprendizes interessados. Voto?! Que voto!?

A participação em outras Lojas (visitas, mudança de endereço), eram a exceção; aprendemos com a

Compagnonage²² que havia uma palavra para um pedreiro profissional, portanto iniciado, que servia de senha e testemunho de sua real situação profissional oficial; contudo este passaporte tinha uma validade limitada — faz parte da história continental desta organização — que assegurava algumas refeições.

As eleições apareceram na rotina e intimidade das Lojas após a reestruturação de 1717 com a escolha (eleição/votação) do Grão-mestre honorário. Posteriormente esta prática democrática foi levada para as Lojas, pois nos períodos operativos e aceitos-especulativos iniciais (pensar nas Lojas cujas sessões ocorriam no domicílio de um nobre) o comando era do ‘Mestre de obras’ ou do ‘dono da casa’ (palácio, castelo). Em 1856, data da publicação dos ‘*landmarks*’ de Mackey, era muito mais ‘imemorial’ a precedência destes irmãos para o comando das Lojas, que para com o voto na escolha e preenchimento de cargos em Loja.

h) Igualdade dos Irmãos em Loja:

Mackey:

²² L. V. Cichoski, *Fundamentos Operativos nos Graus Básicos*, A Trolha, 2012.

22°. Igualdade entre todos os Maçons.

Findel:

2°. Não se admite diferenças de nascimento, raça, cor, nacionalidade, credo religioso ou político

5°. Igualdade dos maçons em Loja.

Na visão imemorial destes lindeiros ficamos pensando sobre a postura dos pedreiros operativos quando diante de um pedreiro muçulmano! Também podemos perguntar: quando e quantas gravuras de eventos maçônicos (operativos e mesmo especulativos) vemos representado um irmão da cor negra?

2) Os ‘*landmarks*’ mais facilmente associados com a ‘imemorialidade’ dos séculos XI/XII, aparecimento do estilo gótico de construção²³, são os relativos à crença, à fé e à religião.

a) Religião, crença e fé:

Mackey:

19°. A crença na existência de Deus, o G.A.D.U.

20°. Ainda crença na ressurreição e vida futura.

21°. Um ‘Livro da Lei’ presente em Loja.

Pike:

²³ L. V. Cichoski, *Fundamentos Operativos nos Graus Básicos*, A Trolha, 2012.

3º. Crença no GADU e numa vida futura.

Jean Berthelon:

5º. Crença na existência de Deus.

6º. Livro da Lei Sagrada sobre o altar.

Findel:

1º. Obrigação de professar a religião universal em que todos os homens concordem.

Enrique Lecerff:

2º. Baseada na Lei Moral e na Lei Natural ditadas pela Razão; reconhece um Ser Supremo; observa a meritocracia.

Estas regras estão de acordo com a realidade daquele momento histórico — a Idade Média —, momento de aparecimento e estabilização da profissão de pedreiros, profissionais estes que tinham na Igreja um dos melhores e mais frequentes empregadores, cujas obras eram complexas e longas exigindo, de um lado, profissionais capazes e, de outro lado, empregadores munidos dos fundos necessários para semelhantes empreendimentos. Ainda, neste momento a religião predominante e, praticamente única, na Europa era a religião Católica Romana, visto que os principais cisma reformas²⁴ não haviam ainda acontecido. Logo, todos — empregadores e empregados — professavam a mesma crença.

²⁴ Lutero com seu protesto vão aparecer mais tarde, 1517, no século XVI, enquanto o anglicanismo vai aparecer em 1534, isto é, 14 anos após Lutero.

Estes ‘*landmarks*’ também podem ser encontrados nas primeiras *Old Charges*²⁵ — o *Poema Régio* e o *Manuscrito de Cooke* —, fazendo parte das Regras e Pontos constantes deste tipo de documento.

Podemos constatar que as versões de Findel e Lecerff apresentam uma conceituação mais abrangente com Findel mais próximo ao exposto por Anderson, enquanto Lacerff trazendo versão próxima da francesa do século XIX.

b) A Loja. Muito já se disse e muito se pode ainda dizer sobre ela em Maçonaria. Sua menção entre os exemplos de ‘*landmarks*’ é adequada e merecida seja o termo referente ao lugar de guardar e proteger o material de trabalho operativo, seja o lugar para reuniões (operativas ou especulativas), sendo o canteiro de obras, o adro de alguma igreja em construção ou o barracão de depósito dos instrumentos ou mesmo os atuais suntuosos Templos.

Mackey:

9º. *A necessidade de se congregarem os Maçons em Lojas.*

Pike:

1º. *Necessidade dos Maçons reunirem-se em Lojas.*

²⁵ L. V. Cichoski, *Fundamentos Maçônicos, Old Charges*, A Trolha, 2020.

Lecerff:

12°. Pertencimento a uma Loja e participação nos trabalhos.

c) Outro item no qual podemos ver uma ‘imemorialidade’ é o que diz respeito ao segredo/sigilo ou cobertura dos trabalhos:

Mackey:

11°. Trabalhos em Loja coberta.

23°. O Segredo dentro da Instituição.

Pike:

4°. O trabalho coberto na Lojas.

G. Findel:

8°. Sigilo sobre a ritualística e assuntos maçônicas.

E. Lecerff:

15°. Trabalhos em Loja coberta.

Assim como hoje preconizamos e velamos para que nossos trabalhos em Loja estejam cobertos (vedado/Telhado) à atenção profana, também no período Operativo o ‘saber fazer’ era um conhecimento e habilidade resguardado dos curiosos não legalizados (iniciados). Era algo difícil, arriscado e belo que merecia manter-se resguardado para a consolidação e continuidade das Lojas Operativas ou grupamentos profissionais locais. Lembrando, uma vez mais, que tais obras

eram demoradas.

d) Verificação da situação regular de profissional desconhecido²⁶:

Mackey:

15°. Exame de todo irmão desconhecido antes do ingresso em Loja.

Lecerff:

18°. Desconhecido deve ser examinado antes de entrar.

Como um complemento a necessidade de sigilo e proteção dos trabalhos em Loja, um irmão desconhecido deve demonstrar sua regularidade respondendo ao questionamento profissional (época operativa) e ao trolhamento (melhor, TELHAMENTO) em vigor na ritualística especulativa.

e) masculinidade:

Mackey:

18°. Candidatos devem ser homens, não mutilados, livres e de idade madura.

Findel:

²⁶ Algo como o atua ‘trolhamento’ ou ato de passar a trolha, de regularizar, uniformizar; questionamento estandardizado para verificação da regularidade de irmãos visitantes; (pessoalmente distingo de ‘telhamento’ que relaciono com ‘telha’, isto é, ‘cobertura’ ou ‘proteção’, situação do irmão que deixa os trabalhos, ausenta-se, sai da Loja, passando, então, a cobri-la, protegê-la).

4°. Admissão de homens livres e de bons costumes e ser maior de idade.

Berthelon:

4°. Instituição masculina.

Lecerff:

7°. Recebe homens livres e de bons costumes.

Como se referiu H. Carr sobre outro lindeiro, o critério da masculinidade é “um item extremamente interessante” para ser considerado um ‘*landmark*’. Por um lado, os ofícios na Idade Média eram prioritariamente masculinos; o ofício de pedreiro pela rudeza da atividade e pela periculosidade bastante presente naquela época não seria exceção. Contudo, é justo mencionar que há referências sobre esporádicas participações e presenças femininas nos relatos antigos.

3) Alguns itens, claramente, foram selecionados em época recente; trazem uma redação coincidente com os 8 Pontos da Grande Loja Unida da Inglaterra, 1929.

Um conceito, que causou celeuma nestes primeiros dois decênios do século XXI, o da Regularidade, está discriminado no primeiro dos oito pontos elaborados pela Grande Loja Unida da Inglaterra, não sendo mencionado em nenhuma das relações cotejadas.

A crença no GADU e na sua Verdade Revelada é, criteriosamente, prescrita no 2º dos oito pontos.

De forma um pouco diversa este ponto está presente em todas as relações estudadas.

O Livro da Lei aberto, portanto, aberto é uma condição presente no 3º dos oito pontos, aqui descrevendo a cerimônia de Iniciação.

O Livro da Lei, não necessariamente aberto, é mencionado nas relações de Mackey, Berthelon; a relação de Lecerff menciona ‘juramento’ sem se relacionar ao Livro da Lei, antes aos Sinais, Toques e Palavras.

O 4º ponto da comunicação da Grande Loja Unida da Inglaterra é direto e decisivo para com a exclusividade masculina da Maçonaria: “Os Membros da GL e das Lojas individuais devem ser única e exclusivamente homens; e nenhuma GL poderá manter relação com Lojas Mistas ou organismos que admitem mulheres como membros”.

Também reconhecem esta exclusividade as relações de Mackey, Findel, Berthelon e Lecerff.

O conceito de jurisdição, soberania e composição da Grande Loja, enquanto reunião de Lojas que reconhecem esta soberania está, longa e concretamente, descrito no 5º dos oito pontos da GLUI. Tal estrutura administrativa está referendada na relação dos ‘*landmarks*’ de Mackey, Berthelon e Lecerff.

A conceituação presente no 6º dos pontos da GLUI – as Grandes Luzes da Maçonaria – não aparece em nenhuma das relações cotejadas neste estudo.

A proibição de discussões religiosas e políticas está no texto do 7º ponto: “Toda discussão religiosa ou política será absolutamente proibida no interior das Lojas”; também está discriminada apenas na relação de Findel.

CAPÍTULO 4: LANDMARKS E ANTIGOS DEVERES

Após o exercício comparativo de algumas coletâneas de ‘*landmarks*’ passamos para um segundo estudo comparativo, agora considerando os Antigos Deveres que, na apresentação documental da Maçonaria aparecem como segunda espécie de documento antigo, logo após aos próprios ‘*landmarks*’.

As *Old Charges* são documentos característicos da Maçonaria Operativa — o primeiro e mais antigo, o *Poema Régio*, é datado de 1390 —; são compostas, basicamente, de três partes: Uma oração inicial; um relato lendário e a parte administrativa com diferentes números de regras, deveres ou pontos²⁷.

As três *Old Charges* reconhecidas como as mais

²⁷ L. V. Cichoski, *Fundamentos Maçônicos – Old Charges*, A Trolha, 2020.

antigas são: *Poema Régio (Manuscrito de Heliwell)*, 1390; o *Manuscrito de Cooke*, 1410 e o *Manuscrito da Grand Lodge, nº 1*, 1583. O documento especulativo mais antigo que apresentou e popularizou estes documentos foi a Constituição de Anderson, 1723.

Na herança nos legada por Anderson, o primeiro dever citado, refere-se a Deus e à Religião. Em composição rebuscada e obscura é demonstrada a prioridade da religião na vida do pedreiro/maçom, sendo ela a “religião sobre a qual todos os Homens concordam, deixando a cada um sua opinião particular”²⁸. Há, portanto uma sequência e concordância entre o pensamento permeante aos ‘*landmarks*’ e o espírito oitocentista das Constituições de Anderson neste item.

O segundo item apontado na relação dos Antigos Deveres, encontramos menção a relação para com a Autoridade Civil e as leis locais, temática presente em Mackey (17º), Berthelon (3º), e Lecerff (5º).

Na sequência, o terceiro Antigo Dever, focaliza a

²⁸ J. Anderson, *As Constituições de Anderson*, Trad. Valton Tempski-Silka, Juruá Ed, 2001.

organização da Instituição referenciando a importância da Loja como a “Assembleia ou Sociedade de Maçons legitimamente organizada”. Pensamento e cláusula prevista em Mackey, Pike, Berthelon e Lecerff. Neste mesmo inciso está descrito que “as pessoas admitidas como membros de uma Loja precisam ser Homens bons e leais, nascidos livres e de idade madura e discreta, não sendo nem servos, nem mulheres, nem homens imorais e escandalosos, mas de boa reputação”²⁹, observações presentes em Mackey (18º), Findel (4º), Berthelon (4º) e Lecerff (7º).

O quarto e quinto itens dos Antigos Deveres considera a ‘meritocracia’ também prescrita entre os ‘*landmarks*’ de Lecerff.

A organização e progressão na Instituição está prevista através dos três graus (simbólicos) de aprendiz, Companheiro e Mestre; igualmente nos ‘*landmarks*’ de Mackey (2º) e Lecerff (3º); consideração mais afeita ao momento Especulativo que ao Operativo (apenas um grau,

²⁹ J. Anderson, As Constituições de Anderson, Trad. Valton Tempski-Silka, Juruá Ed, 2001.

Companheiro).

A etiqueta maçônica pela qual devem-se manter resguardados e em sigilo os assuntos das Lojas e do Ofício estão discriminados ao longo do sexto dos Antigos Deveres que se desdobra em diferentes subitens e penalidades; também este tema é tratado e especificado em, praticamente, todas as relações de ‘*landmarks*’.

O pareamento entre os Antigos Deveres — obras fundamentais no contexto histórico e administrativo da Maçonaria — e os *landmarks* — conjunto de normas e preceitos supostamente “imemoriais” — permite constatar a ampla variação cronológica desse tema, no qual, com frequência, é possível perceber que muitos itens são considerados anacrônicos.

Entre os ‘*landmarks*’ já tivemos oportunidade de assinalar uma questionável ‘imemorialidade’ em muitos dos conteúdos apresentados. Entre os Antigos Deveres também temos considerações e ajustes a fazer. Especificamente no que se refere às Constituições de Anderson, apresentadas como o documento fundante da Maçonaria Especulativa. É possível

perceber que a parcela maior das considerações estatuídas referem-se as características Operativas em lugar da situação Especulativa.

Também queremos concordar e confirmar que muito da temática albergada e considerada pelos ‘*landmarks*’ estão, igualmente, presentes no bojo dos Antigos Deveres mesmo que não se arvorem com a mesma cronologia ‘imemorial’ dos primeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tema polêmico pelas características conceituais — antiguidade, inalterabilidade, falta de unicidade e concordância —, não identificadas na maioria dos artigos componentes das relações estudadas.

Um dos itens referenciais mais problemáticos é o da ‘imemorialidade’. O mínimo que se pode argumentar é que se algum dos pontos selecionados guarda idade MEMORIAL, então, estes teriam que ser Operativos; se Operativa então anterior a existência de Grão-Mestre, Venerável Mestre e mesmo de Mestre Maçom; sendo assim, teria que ser prévia a estruturação da Instituição em três graus simbólicos, e, obviamente, anterior ao aparecimento da Lenda de Hiram. Contudo, o conteúdo da maior parte dos lindeiros referem-se a características e observações do período Especulativo.

Uma assimetria na seleção dos temas apresentados é

nítida. Mackey apresentou uma relação de 25 ‘*landmarks*’, com primeira edição em 1856; 32 anos após, Pike fez um inventário crítico sobre eles e os reduziu para cinco que foram publicados nas atas da Veterana Associação Maçônica.

Outra assimetria pode ser encontrada na aceitação deste conteúdo legal maçônico. É possível concluir que esta temática foi desenvolvida, prioritariamente, pelos autores americanos. Os estudiosos franceses não se mostraram convencidos da importância desta documentação; por exemplo, M. Lapage escreve: “Mostrai-me um ‘*landmark*’, um que seja verdadeiro! Vexame! Jamais existiu, não existe, não existirá jamais *landmarks*.”³⁰

Os ingleses também são reticentes sobre o tema e sua conceituação. H. Carr³¹, comentando o tema diz:

“Esse é um dos temas mais discutíveis em Maçonaria e ele dá origem a diferenças muito amplas de opinião. (...) A tendência entre escritores proeminentes que tentaram compilar listas de Landmarks, parece ser incorporar itens, que na verdade seriam

³⁰ M. Lapage, *História e Doutrina da Franco-Maçonaria*, Ed. Pensamento, 9ª edição, 1985.

³¹ H. Carr, *The Freemason at Work* (Revised Edition), Lewis Masonic, 1981.

regulamentos, costumes ou princípios...”.

Enfim, não há consenso a respeito do tema, seja no número, no conteúdo dos artigos e na veracidade das coleções de lindeiros.

Olhando esta temática do século XXI, teríamos mais clareza e concretude se relacionássemos os diferentes itens componentes a realidade Especulativa; então poderíamos absorver menções as Grandes Lojas e Grão-Mestres, a Potências e Lojas; aos três Graus Simbólicos, então havendo espaço para a Lenda do Terceiro Grau.

Finalizando estudemos o tema como herança histórica cujo conteúdo, independente das coleções, traz ensinamentos que tem espaço nos estudos maçônicos. Afinal, Maçonaria é assunto sério que congrega temáticas igualmente instrucionais e formativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*. Trad. Valton Tempski-Silka, Juruá Ed, 2001.

ASLAN, Nicola. *Landmarque e Outros Problemas Maçônicos*. 2ª. edição, Ed. Aurora, 1973.

BOUCHER, Jules. *A Simbólica Maçônica*. 16ª. edição, Ed. Pensamento, 2002.

CARR, Harry. *The Freemason at Work (Revised Edition)*. Lewis Masonic, 1981.

CICHOSKI, Luiz V. *Fundamentos Maçônicos, Old Charges*. A Trolha, 2020.

CICHOSKI, Luiz V. *Fundamentos Operativos nos Graus Básicos*. A Trolha, 2012.

CICHOSKI, Luiz V. *Histórias Paralelas*. Inédito.

LEPAGE, Marius. *História e Doutrina da Franco-Maçonaria*.

9ª. Edição, Ed. Pensamento, 1985.

MACKEY, Albert Gallatin. *Jurisprudence of Freemasonry, Masonic History Co.* 1858.

MELLOR, Alec. *Dicionário da Franco-Maçonaria e dos Franco-Maçons.* M. Fontes, 1989.

PIKE, Albert. *Morals and Dogma, of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry.* 1969.

RICHARD, Roger. *Dictionnaire Maçonnique*, Dervy, 2002 –
“Il est remplacé dès 1738 par les mots ‘Règles’ ou ‘Statuts’.”

SOBRE O AUTOR



Luiz V. Cichoski é médico clínico geral e especialista em Medicina do Trabalho, formado em 1981; Mestre Instalado da ARBLS Templários da Liberdade nº 69, Pinhalzinho/SC (GOSC), e da ARLS Livres Telúricos nº 121, Maravilha/SC (GOSC). É membro da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (AMVBL), cadeira nº 31, patrono Octacílio Schuler Sobrinho, e da Academia Maçônica de Ciências, Letras e Artes (AMCLA), cadeira nº 25, patrono Raimundo Rodrigues. Secretário de Ritualística do REAA do GOSC, Secretário de

Cultura do GOSC e Secretário de História e Cultura do GOSC. É colaborador da revista maçônica O Prumo e membro de seu Conselho Editorial. Também integra o Supremo Grande Capítulo dos Maçons da Ordem do Santo Real Arco de Jerusalém do Estado de Santa Catarina e o Capítulo dos Maçons da Ordem dos Templários do Oeste nº 5, em Chapecó/SC.

CONHEÇA OS LIVROS DO ESCRITOR
LUIZ V. CICHOSKI



www.maconariacomexcelencia.com/luiz-cichoski



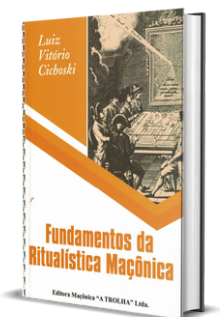
**FUNDAMENTOS DA
FILOSOFIA MAÇÔNICA
VOL. 1 E 2**

SAIBA MAIS



**SÍNTESE HISTÓRICA DA
RITUALÍSTICA DO RITO
ESCOCÊS ANTIGO E
ACEITO**

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DA RITUALÍSTICA MAÇÔNICA

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DO SIMBOLISMO VOL. 1

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS DO SIMBOLISMO VOL. 2

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS – PADROADO

SAIBA MAIS



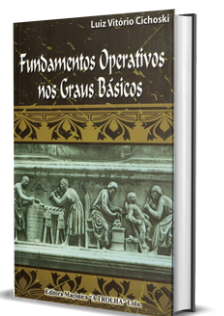
FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS OLD CHARGES

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS MAÇÔNICOS OS TEMPLÁRIOS

SAIBA MAIS



FUNDAMENTOS OPERATIVOS NOS GRAUS BÁSICOS

SAIBA MAIS



SÍNTESE HISTÓRICA DA RITUALÍSTICA DO RITO ESCOÇÊS ANTIGO E ACEITO

SAIBA MAIS